

Agora, o Brasil deve voltar ao FMI

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A presença de Maílson da Nóbrega no Ministério da Fazenda significará o fim da política de enfrentamento com os credores externos e a reabertura das negociações com o Fundo Monetário Internacional, segundo o ex-ministro Ângelo Calmon de Sá, que o lançou nos postos de destaque da administração pública federal.

Trata-se — segundo Calmon — de coerência, uma vez que Maílson sempre defendeu a necessidade de uma negociação madura, mas flexível, realista e pragmática, o que coincide com a posição recentemente anunciada pelo próprio presidente da República.

NEGOCIADOR

O ex-ministro da Indústria e do Comércio nega que tenha reivindicado para si o cargo de negociador da

dívida externa, afirmando que a função antes exercida por Fernão Bracher não será preenchida, cabendo ao próprio presidente do Banco Central, Fernando Milliet, assumir essa responsabilidade.

Milliet viajará na próxima sexta-feira para Nova York, onde, a partir da próxima segunda-feira, enfrentará os banqueiros, mas não deverá permanecer nos Estados Unidos semanas a fio, participando dos intermináveis encontros com os credores.

A tarefa do detalhamento das negociações ficará com Antônio de Pádua Seixas, que já assessorava Fernão Bracher nessa atribuição e é um dos funcionários do Banco Central mais experientes na negociação com os credores.

O ACORDO

Segundo Calmon de Sá, é improvável que um acordo com o FMI seja assinado a curtíssimo prazo, mas é evidente que as negociações nesse

sentido serão abertas o mais cedo possível pelo novo ministro da Fazenda. É, na sua opinião, uma posição realista, que seguirá a experiência dos dois outros maiores devedores latino-americanos — México e Argentina.

Ele explicou que deverá ser negociado um ajuste também realista, não se aceitando a imposição do FMI em relação ao déficit público zerado. A busca será de uma situação intermediária, fixando-se uma meta que

possa vir a ser cumprida pelo País, sem necessidade de um forte ajuste recessivo.

A própria negociação deverá refletir as mudanças que estão ocorrendo no mercado financeiro internacional, sustentando Calmon de Sá que em menos de dois anos será dado um tratamento completamente diverso do atual para a dívida do Terceiro Mundo. Os bancos estão preparando-se para isso.